

IDENTIDADE E VIOLÊNCIA NO CONTO “PARA QUE NINGUÉM A QUISESSE”, DE MARINA COLASANTI

Fabíola Nunes Brasilino ¹
Margareth Torres de Alencar Costa ²

RESUMO

Objetiva-se com este trabalho analisar como se apresentam a noção de identidade e violência de gênero no conto “Para que ninguém a quisesse”, texto publicado em 1986, no livro *Contos de amor rasgados*, da autora Marina Colasanti. O conto explicita o total apagamento da identidade da protagonista por meio de diversas formas de violência promovidas pelo seu companheiro. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, por se tratar de uma técnica que possibilita maior reflexão para análise dos resultados da pesquisa. Utilizamos como aparato teórico Antonio Candido (2006), Joan Scott (2019) e Simone de Beauvoir (1967; 1970). Os resultados obtidos apontam para a perda da identidade pela personagem feminina, que é também vítima de diversos tipos de violência explícitas no conto.

Palavras-chave: Literatura, Gênero, Apagamento.

Introdução

Desde as primeiras manifestações dos estudos literários, em obras como a *Poética*, de Aristóteles e *A república*, de Platão, ainda na Grécia Antiga, as questões de representação literária ocuparam significativa importância. Vários exemplos apresentavam-se através da arte, tal como as obras dos dramaturgos Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, que exploravam questões sociais, políticas e morais, bem como a comédia de Aristófanes, conhecido por satirizar a guerra, a política e figuras públicas. As principais indagações se baseavam, sobretudo, na relação entre literatura e sociedade, à qual críticos literários, como Antonio Candido e Antoine Compagnon, dedicaram boa parte de seus estudos. Assim sendo, este artigo objetiva, através de pesquisa bibliográfica, analisar como se apresentam a noção de identidade e violência de gênero no conto *Para que ninguém a quisesse* de Marina Colasanti.

Textos como este trazem à tona questões sociais que podem ser representadas através das artes literárias, reforçando a tese de que a literatura pode ser uma forte ferramenta de

¹ Aluna especial do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGEL) –UFPI, fabinunes1@gmail.com;

² Professora DE do CCHL-UESPI, margarethtorres@cchl.uespi.br.

conscientização social. A relevância da arte na sociedade, sobretudo na contemporaneidade, expressa aspectos que são de muita importância para a ordem social. Para tratar da relação entre literatura e sociedade, utilizaremos Antonio Candido (2006); em relação às questões de gênero, Simone de Beauvoir (1970) e Joan Scott (2019); sobre dominação masculina, Pierre Bourdieu (2012); em relação à estrutura patriarcal, utilizaremos as contribuições de Manuel Castells (2018); e referente à identidade, Tomaz Tadeu da Silva (2007).

Marina Colasanti nasceu em Asmara, capital da Eritreia, em 1937. Escritora, contista, jornalista, tradutora e artista plástica. Conhecida por seus livros infantis começou sua carreira literária tardiamente. Recebeu dezenas de prêmios literários, como Jabuti, Monteiro Lobato, FNLIJ, Selo Cátedra, Orígenes Lessa, dentre outros. Os temas sobre os quais a autora reflete em suas obras também são os mais diversos, como histórias de amor, o papel da mulher na sociedade, os relacionamentos interpessoais, entre outros.

“Para que ninguém a quisesse” faz parte do livro *Contos de amor rasgados*, publicado em 1986, pela editora Rocco, que retrata o relacionamento abusivo entre homem e mulher. A personagem feminina era uma mulher vaidosa, que gostava de se arrumar, possuía uma identidade própria, o que acaba gerando ciúmes em seu marido, que, considerando-a seu objeto, começa a praticar uma série de violência, até torná-la um indivíduo sem personalidade, sem identidade.

No que se refere à representação de gênero, o papel feminino foi e ainda é subalternizado. Apesar de várias conquistas, a realidade social pode ser muito cruel em relação às mulheres. Inúmeras questões podem ser mencionadas, a saber, desigualdade salarial, violência doméstica, patrimonial e psicológica, diversos casos de assédio sexual, a maioria deles ocorrendo em suas casas ou no ambiente de trabalho. Destacam-se ainda os números alarmantes de feminicídio. Infelizmente, todos os pontos mencionados acima ocorrem atualmente, e é nesse sentido, como maneira de representação da realidade humana, que a literatura tem o poder de sensibilizar seu leitor com temas importantes. No conto “Para que ninguém a quisesse”, o enredo apresenta uma personagem feminina que, aos poucos, vai apagando sua imagem e perdendo sua essência por conta das imposições e inseguranças do marido. Ao término da narrativa, o próprio abusador desconhece a mulher por quem se apaixonara. Tal constatação ocorre tardiamente, restam apenas lembranças que não voltarão mais, resquícios de uma identidade que foi totalmente sufocada pelo machismo.

Literatura e um panorama da discussão sobre gênero

Na seara dos estudos literários, diversos teóricos dedicaram seus estudos às possíveis relações entre arte e sociedade. A exemplo disso, surge o pensamento do crítico literário e sociólogo Antonio Candido. A maior parte da produção de Candido destaca uma forte relação entre literatura e as questões sociais. Talvez para evidenciar que seus estudos não eram imaturos, o sociólogo destaca que seria um erro fazer análises meramente sociológicas ou filosóficas de obras literárias, pois tal ato diminuiria a autonomia literária. Entretanto, seria praticamente impossível desvincular a realidade social dos enredos literários. Até mesmo nas mais fantasiosas distopias é possível fazer alusões ao contexto social. Tal premissa verifica-se no enxerto abaixo, retirado de um dos livros mais significativos de Candido, *Literatura e Sociedade* (2006). Além de destacar o poder emancipador da literatura, o autor traz uma valorosa discussão acerca da função das artes em geral.

Se forem válidas, as considerações anteriores mostram de que maneira os fatores sociais atuam concretamente nas artes, em especial na literatura. Não desejo insinuar que as influências apontadas sejam as únicas, nem, sobretudo, que bastem para explicar a obra de arte e a criação, como deixei claro de início. Muitos escritores, mais incompreendidos que Hardy, persistem no seu rumo; muitos amadores resistem ao gosto geral; sem falar que os impulsos pessoais predominam na verdadeira obra de arte sobre quaisquer elementos sociais a que se combinem. Mas num plano mais profundo, encontraremos sempre a presença do meio, num sentido como o que sugeri; e, se for legítimo o estudo sociológico da arte (o que não sofre dúvida), os traços estudados parecem ponderáveis (Candido, 2006, p. 46).

Este trecho evidencia a perspectiva do autor ao destacar que notar as características sociais das artes parecem aceitáveis. Candido corrobora para as discussões acerca do poder emancipador da literatura. Soma-se a isso o fato de que obras literárias provocam tal emancipação quando causa algum efeito no leitor. É o que Heidegger chamava de transfiguração hermenêutica da arte. Ao contrário do que pregavam as tendências imanentistas tão disseminadas entre 1920 e 1945, os fatores sociais são de muita valia aos estudos literários, fato que se comprova quando, durante a década de 1960, os Estudos Culturais entram em voga e contradizem todo esse discurso de que os estudos literários não deveriam recorrer a outras ciências para validar o discurso literário. Ainda nessa perspectiva, o crítico destaca que os fatores estéticos não serão desprezados; no entanto, relacionar arte e vida social ajudaria o ser humano a compreender seu lugar na sociedade.

Diversamente do que ocorre com a nossa, a atividade artística do homem primitivo e do homem rústico (que nisso se aparentam) mantém com a vida social e seus fatores básicos ligamentos de tal ordem, que só podem ser bem compreendidos se estudados por meio da combinação de pelo menos três disciplinas, —ciência do folclore, sociologia e análise literária —que, isoladamente, não permitem interpretação justa. A predominância de uma das três depende do objetivo, —que pode ser a mera

descrição; o estudo do condicionamento e função social; a análise estética. Mas a sua conjugação é necessária, pois nas literaturas orais a autonomia do autor é menos acentuada, enquanto é mais nítido o papel exercido pela obra na organização da sociedade (Candido, 2006, p. 52).

Observa-se, portanto, a importância da interpretação justa da obra. Nesta citação, ele está mencionando o caso específico da literatura, lembrando que, para Candido, a interpretação justa ocorre primeiramente pela experiência estética, proporcionada ao receptor através da arte e sua função. Sendo assim, o condicionamento da arte não é meramente contemplativo.

Tratando agora de modo específico da representação e, sobretudo, sobre pertencimento, após mencionarmos os fatores da relação social da literatura sob a perspectiva de Antonio Candido para corroborar o discurso, antes de analisarmos o conto em questão, da escritora Marina Colasanti, faz-se necessário uma contextualização acerca das principais discussões sobre gênero num contexto mais amplo.

O historiador Eric Hobsbawm destaca, em seu livro *A era dos extremos* (1995), que durante o século XX, as duas grandes revoluções foram a cultural e a social. As revoluções sociais ocorriam desde a Reforma Protestante e Revolução Francesa, a partir das quais a sociedade começava a questionar parâmetros pré-estabelecidos. Entretanto, durante a década de 1960, a revolução cultural torna-se importante, principalmente por conta do grito das vozes silenciadas. Os estudos culturais apresentam o conceito do multiculturalismo, conceito que modifica a estrutura cultural da sociedade vigente. Dentre os grupos silenciados, surgem as mulheres, que apresentam o conceito de gênero sob nova perspectiva. Vale destacar que, neste período, as mulheres, sobretudo nos EUA, brigavam pelo direito de adentrarem ao ensino superior. Ao longo do percurso histórico, mulheres sempre tiveram de lutar por direitos essenciais, como o direito de estudar, votar, participar ativamente de questões políticas, ocuparem cargos de chefia. Tudo isso por conta da falsa construção de que mulheres eram “frágeis” e até mesmo incapazes de desempenhar alguns papéis perante a sociedade. Desse modo, mulheres começam a ter plena participação social quando os homens começam a ser mutilados pela guerra. Neste caso, a mulher tomava a liderança para manter plena organização de seu lar. Sobre tal questão, Joan Scott, historiadora norte-americana destaca o seguinte:

No que diz respeito à participação das mulheres na história, a reação foi um interesse mínimo no melhor dos casos (“minha compreensão da Revolução Francesa não mudou quando eu descobri que as mulheres participaram dela”). O desafio lançado por essas reações é, em última análise, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como o gênero

funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise (Scott, 2019, p. 54).

A grande problemática dessa questão é justamente o silenciamento das vozes femininas. No que se refere ao papel feminino, os padrões são ditados pelo patriarcado³; desse modo, a função da mulher é permanecer na eterna posição de submissão a seus maridos, zelar pela organização da casa, reproduzir e educar bem seus filhos. A década de 1960 propiciou as discussões acerca da liberdade sexual e do uso de métodos contraceptivos, assuntos que hodiernamente parecem tão corriqueiros, mas que precisaram de muitos protestos e reivindicações para se materializarem. Tais questões evidenciam como mulheres sofreram com repressões ao longo dos séculos.

Outro ponto a ser destacado é o etarismo. Quando as discussões se pautam em direito de mulheres, até a faixa etária é debate. A sociedade molda mulheres desde a infância, pois meninas devem se preocupar até mesmo na hora de brincadeiras lúdicas, com cuidado exacerbado para não mostrar demais o corpo, como se fosse responsabilidade da criança não provocar desejo. Também não é preciso se dedicar aos esportes, o importante é brincar com bonecas ou algo do tipo, ou seja, um ensaio para o exercício da maternidade e organização de seu futuro lar. Na adolescência, mulheres amadurecem mais cedo, até mesmo para evitar algum tipo de violência, e quando é violentada, a sociedade ainda se esforça em procurar um motivo para tamanho ato de brutalidade.

A fase adulta então é ainda mais repleta de desafios, pois é preciso ser bem sucedida, mas não o suficiente para perder a feminilidade e abandonar o desejo de ser mãe e esposa, como se a procriação fosse inerente ao ser humano. Por conta desses nichos sociais, a mulher pós-balzaquiana já não oferece os atributos desejados pela sociedade patriarcal, só resta esperar os netos e desempenhar a função de avó. Então, após a menopausa não há nada o que esperar. Simone de Beauvoir, filósofa famosa por elucidar as principais discussões sobre gênero, também destaca esses aspectos em seu livro *Velhice*, publicado em 1970, logo após as principais discussões fomentadas pelos Estudos Culturais.

³ O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. Não fosse a família patriarcal, o patriarcalismo ficaria exposto como dominação pura e acabaria esmagado pela revolta da “outra metade do paraíso”, historicamente mantida em submissão (Castells, 2018, p. 276).

No seu caso, a gerontofilia não existe. Um homem jovem pode desejar uma mulher idosa o suficiente para ser sua mãe, mas não sua avó. Aos olhos de todos, uma mulher de 70 anos deixou de ser um objeto erótico. Os amores venais lhe são muito difíceis; só muito excepcionalmente uma mulher velha tem meios e oportunidade de pagar um parceiro, e, em geral, a vergonha e o medo do que irão dizer a impedem de fazê-lo. Para muitas mulheres idosas, essa frustração é penosa, pois elas permanecem atormentadas por desejos, que geralmente satisfazem com a masturbação. Uma ginecologista citou-me o caso de uma mulher de 70 anos que lhe suplicava que a curasse dessa prática à qual se entregava dia e noite (Beauvoir, 1970, p. 426-427).

O livro em questão aborda a temática da velhice de maneira geral. Trata-se de uma temática sensível perante a sociedade; entretanto, quando o assunto é a posição social das mulheres, o assunto é ainda mais delicado. Algo a ser destacado é a sexualidade feminina, existindo unicamente para a satisfação masculina e a procriação; sobre o desejo feminino, a necessidade de sexo por parte das mulheres é totalmente silenciada e carregada de preconceitos.

Além de tudo o que já foi mencionado, há também outras maneiras de diminuir a posição das mulheres perante a sociedade, sempre eclipsada por alguma questão, seja a educação machista, sejam desafios da vida profissional ou até mesmo a maternidade. É como se a essência feminina como indivíduo social não existisse por conta própria. Desse modo, quando Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1967), cita a famosa frase, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, podemos inferir também que, para ser de fato um ser humano útil à sociedade, a mulher necessita ser esposa, a escolhida de algum homem e assim constituir um “lar”. Ser só esposa não é suficiente, é preciso ser mãe, educar mais indivíduos para a sociedade, e somente assim validar sua existência, do contrário, não passará de uma sombra.

“Para que ninguém a quisesse” e o silenciamento feminino

Marina Colasanti é uma escritora da literatura contemporânea brasileira, tendo começado a publicar seus livros em 1968. Dentre as principais temáticas de seus livros estão a crítica social, universo feminino, lirismo, mitologias e uma vasta produção destinada ao público infantil e juvenil. Sobre as produções contemporâneas, há algumas peculiaridades que merecem destaque. De todas as revoluções estéticas e literárias das narrativas contemporâneas, a criação de enredos com personagens complexos ou fragmentados é uma temática interessante. Os estudos sobre crítica e teoria literária no Brasil debatem em demasia a validação das narrativas contemporâneas como produções. A literatura contemporânea, por

conta do advento da modernidade, apresenta discussões acerca da narrativa fragmentada e do fluxo de consciência.

Para tratar sobre identidade e violência de gênero abordadas no conto em estudo, utilizaremos o conceito de identidade de Silva (2007), que traz a identidade como uma categoria instável, mutável, variável:

[...] não é uma essência; não é um dado ou um fato -seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Nesse sentido, observaremos mais adiante que a identidade da personagem principal vai se transmutando mediante a série de abusos por ela sofridos. De uma mulher bonita e vaidosa, objeto de desejo de seu esposo e de outros homens, ela passará a ser um ser esquivo, invisível, como mostra a passagem a seguir: “Agora podia viver descansado. Ninguém a olhava duas vezes, homem nenhum se interessava por ela. Esquiva como um gato, não mais atravessava praças. E evitava sair” (Colasanti, 1986). A construção narrativa de Colasanti representa muito bem o silenciamento que as mulheres sofrem, evidenciando também os diversos tipos de violências pelos quais todos os dias mulheres do mundo inteiro passam, sobretudo na sociedade patriarcal.

Para reprimir os casos de violência doméstica e familiar no Brasil, foi sancionada, em agosto de 2006, a lei nº 11340, mais conhecida como lei Maria da Penha que

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Brasil. 2006).

As formas de violência previstas nesta lei são a física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Conforme o texto,

a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; [...] a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz,

insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [...] a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; [...] a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; [...] a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Considerando a lei supracitada, observamos que, no conto em análise, o marido da personagem principal pratica uma série de delitos que resultam na perda da identidade da sua mulher. O primeiro deles é a violência moral, como explicita o trecho a seguir: “Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar” (Colasanti, 1986). A esposa é totalmente sufocada pela eterna necessidade de controle do companheiro que, incomodado com sua beleza, cria diversas situações para torná-la invisível. Esta, por sua vez, numa apresentação de cansaço e total silenciamento, ou talvez pela falta de conhecimento da violência sofrida, acata tudo, ao ponto de não se reconhecer.

Não obstante essa agressão, a mulher ainda continuava a chamar atenção por onde passava, seu desejo de permanecer bonita, de se cuidar, de se arrumar, continuava, e seu parceiro foi obrigado a interromper isso: “Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi **obrigado** a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos” (Colasanti, 1986, grifo nosso). O termo “obrigado”, destacado de forma proposital, nos chama a atenção para a forma como o machismo tem o poder de reverter a situação ao seu favor e tornar a vítima culpada. Conforme Bourdieu (2012, p. 52),

Lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação e que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas *escolhem* adotar práticas submissas (“as mulheres são seus piores inimigos”) ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas “se deleitam” com os tratamentos que lhes são infligidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza. Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à “submissão”, dadas por vezes como pretexto para “culpar a vítima”, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o *constroem* como poder.

Assim, as estruturas sociais revelam a dinâmica das relações entre homens e mulheres, tornando as situações de submissão e subalternização feminina naturalizadas, colocando o homem em posição de opressor e a mulher, subordinada, facilitando a violência de gênero.

Em relação ao machismo enraizado, o primeiro ponto a ser destacado é a objetificação feminina, não há identidade a ser respeitada, sua esposa não poderia despertar desejo em mais ninguém, desse modo faz-se necessário roupas maiores para esconder o corpo. O marido “exige” que ela elimine o decote, ou seja, a esposa não tem opção de escolha. Seus sapatos de salto alto também evocam sua sensualidade, por isso ela precisa renunciar a eles. A respeito disso, Beauvoir (1970), assinala que

[...] o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. **Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos.** Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. **Condenada a desempenhar o papel do Outro**, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, **nunca é ela que escolhe seu destino.** [...]

O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei(Beauvoir, 1970, grifo nosso).

Beauvoir (1970) aponta que a identidade feminina é socialmente construída, e que é através das normas e expectativas da sociedade patriarcal que a violência de gênero e a submissão feminina são perpetuadas. Assim, as mulheres só são encaradas como o “outro”, o masculino tem o poder de decisão sobre seu corpo e suas escolhas, como coloca Bourdieu (2012, p. 82, grifo nosso):

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser *(esse)* é um ser-percebido (*percipi*), **tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros**, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. **Em conseqüência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser.**

Seguindo com seu propósito de anular por completo a identidade de sua parceira, o marido pratica a violência patrimonial ao retirar seus pertences: “Dos armários tirou as roupas de seda, das gavetas tirou todas as jóias” (Colasanti, 1986). Esse tipo de violência tem como objetivo limitar a autonomia e a capacidade de independência financeira da vítima. No exemplo em questão, a violência patrimonial serviu como forma de punição ou intimidação

por a vítima ser bonita. No conto em análise, o agressor inicia a violência com restrições, para, futuramente, confiscar seus pertences. Por fim, para aniquilar com qualquer resquício de vaidade e identidade dessa mulher, vem a agressão física através do corte de cabelo: “E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos” (Colasanti, 1986). Em muitas culturas o cabelo tem um significado simbólico bastante importante, e sua retirada sem consentimento pode provocar traumas profundos no indivíduo. Além disso, vale ressaltar o verbo tosquiar, utilizado para igualar a mulher a um animal irracional, remetendo ao corte da lã em ovelhas.

Desse ponto em diante, observamos que a mulher que um dia existiu não ocupa mais seu lugar, não há mais como voltar no tempo e desfazer os atos, a violência de gênero causa sofrimento emocional profundo e faz com que a mulher aceite de forma passiva as agressões, vendo sua identidade ser esfacelada. A violência de gênero tem um impacto avassalador na identidade feminina, pois provoca a sensação de desvalorização e a perda da autoestima, fato observado na personagem principal do conto. No entanto, para o homem, as consequências de suas atitudes geram um mínimo desconforto, não há na construção do texto o arrependimento por conta da violência psicológica, física, patrimonial e moral que causou à esposa, a questão que se coloca é a falta de desejo, ou seja, a mulher que ele um dia desejou não existe mais. Em nenhum momento do conto o esposo se preocupa com os sentimentos e anseios da esposa. Na intenção de recuperar apenas o desejo por sua esposa, há uma tentativa de resgatar a mulher de outrora, o desejo inflamado que tivera um dia; desse modo, ele surge com batom, tecido de seda, tenta enfeitar o que sobrou dos cabelos. Entretanto, ela não se identificava mais com aqueles objetos, não sentia a necessidade de se enfeitar, seguiu sua vida, vagando pela casa, nos vestidos de chita, sem maquiagem, sem decote, e totalmente sem identidade.

Conclusão

Após análise do conto “Para que ninguém a quisesse”, verificamos que a personagem principal sofreu uma série de agressões que se iniciaram na modalidade psicológica e culminaram na agressão física. Apesar de se tratar de uma ficção, a leitura deste texto destaca uma série de questões muito importantes atualmente, como: qual é o papel da mulher na sociedade pela perspectiva dos homens? Por qual razão mulheres permanecem numa eterna posição de subserviência? E por quais motivos mulheres ainda educam homens que reproduzem tais valores? São alguns questionamentos que os leitores do conto poderão fazer. Simone de Beauvoir defende que as mulheres ainda não galgaram êxito contra o machismo

por ser uma classe extremamente desunida, e o patriarcado se alimenta dessa desunião: mulheres que julgam mulheres, competições infundadas, e a necessidade de autoafirmação, prejudicam bastante a luta da classe. Entretanto, pudemos constatar que as estruturas sociais ainda se baseiam primordialmente em raízes patriarcais. Disto isto, fica evidente o quão difícil é, para a mulher, sair da posição de subordinação e submissão em relação aos homens.

Através de uma narrativa fluida e curta, Colasanti desperta a indagação do silenciamento das vozes femininas, trazendo à tona a discussão sobre a perda da identidade feminina em casos de violência de gênero, oportunizando o debate da forma naturalizada das relações de poder entre homens e mulheres, colocando como sujeito opressor o homem, e o indivíduo oprimido a mulher. A aceitação das agressões por parte da personagem principal pode ser justificada pela estrutura social patriarcal que banaliza a violência de gênero e normaliza a aceitação, por parte da mulher, de que a relação conjugal deve ser assim. Não há no texto registro de que a vítima tentou resistir. Assim, vale ressaltar que, em se tratando de violência de gênero, a tentativa de sair de uma situação de agressão não é somente uma luta contra o agressor, mas também contra um sistema.

Por fim, destacamos o quão o machismo é nocivo, não há em momento alguma preocupação com os sentimentos da protagonista, não existe diálogo, somente imposição por parte do agressor que acredita ter direitos sobre a mulher. O conto expressa que a mulher só é útil através dos olhos de alguém, nesse caso, dos homens. O machismo enraizado deixa sérias consequências. Infelizmente, a temática do conto ainda ocorre na sociedade contemporânea, sem perspectiva de melhora.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the notion of identity and gender violence are presented in the short story "Para que ninguém a quisesse" (So That No One Would Want Her), published in 1986 in the book *Contos de Amor Rasgados*, by Marina Colasanti. The story depicts the complete erasure of the protagonist's identity through various forms of violence perpetrated by her partner. The methodology used was qualitative research, as it allows for greater reflection in analyzing the research results. The theoretical framework used was Antonio Candido (2006), Joan Scott (2019), and Simone de Beauvoir (1967; 1970). The results indicate the loss of identity by the female character, who is also the victim of various types of explicit violence in the story.

Keywords: Literature, Gender, Erasure.

REFERÊNCIAS

